

## MULHERES E CHUTEIRAS: DAS OLIMPIADAS ÀS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Maria Regina Ferreira da Costa<sup>1</sup>  
Gabriela Chicuta Ribeiro<sup>2</sup>

### RESUMO

*Redigir focando o olhar às mulheres e ao futebol implica analisar a inserção/participação feminina no esporte de alto rendimento oficializado no final da década de 80 e, nas aulas de educação física em que o futebol é conteúdo predominante. Vale dizer que, a trajetória esportiva feminina foi regida pelas restrições fortalecidas pela ciência médica androcêntrica. Ao regular as práticas femininas, vigiaram a sexualidade, beleza e, portanto, a autenticidade do feminino. Se o futebol feminino for regido pelos desejos e medidas femininas com referências na perspectiva da diferença sexual, as mulheres poderão construir um modo feminino e praticá-lo nos diferentes espaços.*

**Palavras-chave:** *Mulher, esporte, educação física escolar.*

Na atualidade, a inserção/participação feminina no esporte de alto rendimento aumenta, principalmente no ano de 2008, ano marcado pelas Olimpíadas de Pequim. Cabe nesse texto analisar como as mulheres constroem a trajetória no esporte e, principalmente, no futebol.

A entrada das mulheres no campo esportivo foi impedida, já desde a Antiguidade Clássica e, nos primeiros jogos Olímpicos, reforçada pelas idéias patriarcais do idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, Barão de Coubertin.

As restrições marcaram a trajetória feminina no esporte, contudo, as mulheres foram pouco a pouco se engajando nesse espaço orquestrado e regido pelo masculino. Isto é, sob a lupa do olhar androcêntrico que ditou o que é e, o que era adequado às mulheres e ao corpo feminino.

A proibição da prática do futebol feminino no Brasil, por exemplo, foi realizada através de manobras políticas, apoiadas pelos homens envolvidos com este esporte, no período do governo de Getúlio Vargas, na década de 40, já que este espaço era de homens e para homens. Isso não quer dizer que, as mulheres, de um modo geral, não apoiassem as idéias dos homens. Cabe assinalar que muitas mulheres são as fiéis guardiãs do patriarcado e, junto com os homens abominam a participação feminina no esporte e, principalmente no futebol. Pois, de acordo com Silvana Goellner (2005, p. 144):

“... associação entre o esporte e a masculinização da mulher atravessa décadas e, mesmo que em muitas situações as atletas tenham saído das zonas

---

<sup>1</sup> Profª do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Integrante do Laboratório de Pesquisa em Educação de Formação de Professores e Professoras (LAPEFp). Coordenadora do projeto: Educação de emnios e meninas nas aulas de Educação Física. Dra em Pedagogia pela Universidade de Barcelona.

<sup>2</sup> Licenciada e Bacharelanda em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Projeto “Educação de Meninos e Meninas nas aulas de Educação Física”. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ 2008-2009.

de sombra, ainda hoje são recorrentes algumas representações discursivas que fazem a apologia da beleza e da feminilidade como algo a ser preservado, em especial, naquelas modalidades esportivas consideradas como violentas ou prejudiciais a uma suposta natureza feminina”.

Fábio Franzini (2005) cita o noticiário da revista *Educação Física*, no ano de 1940, focalizando a realização de uma partida de futebol entre mulheres no Rio de Janeiro, aparentemente recebida com bons olhos. Esta notícia refletia um movimento mais amplo, que acontecia nesta cidade com clubes de menor prestígio, e não pelos grandes clubes, como Botafogo, Flamengo e Fluminense. Isso quer dizer que, as mulheres também praticavam o futebol, o que lhes proporcionava visibilidade num espaço pertencente ao masculino.

Entretanto, os jogos de futebol feminino não foram bem recebidos pelo público masculino, principalmente pelos jogadores de futebol, como José Fuzeira, que escreveu uma carta endereçada ao então presidente da República, Getúlio Vargas, manifestando sua preocupação e alertando o governo de que o “mal” estava “... prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil.” (idem, p. 319) O “mal”, para José Fuzeira, era que as mulheres, ao jogarem futebol, poderiam provocar uma onda de jogos femininos em todo o Brasil e que ao praticar um esporte violento desequilibrariam fisiologicamente seu organismo, afetando a função reprodutora.

Esta carta, além de passar pela Presidência da República, também foi enviada à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde e finalmente, à Subdivisão de Medicina Especializada. Nesta última instância, as negativas à participação das mulheres em jogos de futebol, corroboravam com o pensamento sobre qual deveria ser o papel feminino naquele momento sócio-político, pois havia a preocupação por parte deste último órgão supracitado de manter a mulher sob os auspícios do olhar masculino. Rivera Garretas (1994, p. 82) afirma que: “... o que conhecemos como feminino no patriarcado não é o que as mulheres são ou foram no passado, mas sim o que os homens - ou alguns homens - construíram para elas e falaram o que elas são.”

Desse modo, a ciência, por ser ditada por ideais androcêntricos é porta voz da verdade em relação ao feminino e por este motivo a Subdivisão de Medicina Especializada, na época, foi valorizada enfatizando as idéias de José Fuzeira. Há aqui uma naturalização biológica do corpo, conforme Pierre Bourdieu, citado por Paula Gomes; Paula Silva; Paula Queirós (2000, p. 11):

“As aparências biológicas e os efeitos bem reais produzidos, nos corpos e nos cérebros, por um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social conjungam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e faz surgir uma construção social naturalizada (...) como fundamento natural da divisão arbitrária que está no princípio tanto da realidade como da representação da realidade e que por vezes se impõe à própria investigação.”

Isto é, um modo de enquadrar o ser e estar no feminino que foi evidenciado na carta de José Fuzeira, como na própria trajetória da carta na década de 40, época em que a medicina era a ciência que determinava o que era adequado ao corpo feminino e até mesmo a proibição da prática do futebol pelas mulheres.

Este entendimento de “proteção e cuidado” com as mulheres fez com que a mulher fosse/seja predestinada a ser mãe e a exercer um papel secundário no plano

familiar, denotando que esta “preocupação masculina” não se restringiu à época citada anteriormente. Tal como acima citamos.

Ainda sobre esse aspecto, Montserrat Moreno (2000, p.16-17) adverte que o “... androcentrismo supõe desde o ponto de vista social, um acúmulo de discriminações e de injustiças às mulheres que não se tolerariam em outro grupo humano.” Esse modo de ver ocorre num processo ainda em desenvolvimento na atualidade e é perceptível nas mais variadas relações existentes entre homens e mulheres, mesmo com os avanços proporcionados pelas lutas feministas.

Cabe salientar que, os especialistas e a legislação, por exemplo, contribuíram para que a mulher iniciasse a prática oficializada do futebol somente no final da década de 80. Recordamos que em 1941 o General Newton Cavalcanti apresentou ao Conselho Nacional de Desportos (CND) elementos para a elaboração do documento que foi aprovado durante o período da ditadura militar por este órgão, através da resolução 7/65 que proibiu a prática feminina das lutas, futebol, pólo aquático, rugby e baseball. Somente em 1986 o CND reconheceu a necessidade de estimular a prática das diferentes modalidades esportivas pelas mulheres. Práticas prejudiciais ao corpo e função da mulher na sociedade patriarcal.

Por certo os valores patriarcais marcam o ser homem e o ser mulher e nesse sentido, quem não segue tais preceitos sofre as dores de se distanciar da representação dominante. Por exemplo, o corpo da mulher não deve ser transformado pelo exercício e treinamento contínuo, pois tais características são vistas como masculinas e no caso da mulher, tais atributos colocariam em dúvida sua beleza e feminilidade, portanto, coloca em questão a própria autenticidade do seu sexo. Contudo, na sociedade patriarcal circulam distintos modos de representação cultural do feminino, pois o feminino e o masculino são plurais.

Legitima-se, portanto, uma relação de dominação no que se refere ao feminino, subordinando a mulher ao homem, assim como o mais jovem ao mais velho, e a criança ao adulto, e nesta situação o homem se responsabiliza por formas de punição para aqueles e aquelas que não seguem esta hierarquia, de acordo com Márcia Camargo (2000) citada por Maria Cristina Paim; Marlene Neves Strey (2006). Nesse sistema de pensamento o corpo da mulher pertence ao homem, primeiro ao pai, depois ao marido e na falta desse ao filho.

Se analisarmos o contexto futebolístico atual, as mulheres acabam sucumbindo aos ditames deste esporte, predominantemente masculino, sem a possibilidade de outra forma de expressão, a não ser a dos homens. Neste caso, o homem é o modelo, e o único, a ser seguido.

Assim, o feminino é sempre controlado e comparado ao masculino, por exemplo, as mulheres habilidosas e fortes, isto é, com características ditas masculinas, são enquadradas como masculinizadas. De acordo com Priscila Gomes Dornelles; Dagmar Meyer (2005) “... as garotas que se aproximam [do modelo masculino], se distanciam do ideal de corpo feminino, sendo questionadas quanto a sua sexualidade.” (p. 04). Será que é função do masculino impor o modelo e dizer se as mulheres são ou não femininas? Há, portanto, na sociedade patriarcal um modelo padronizado de como devem ser e se comportar as mulheres no que se refere ao padrão de feminilidade.

Os corpos femininos são assim, expostos à vigilância. Ao questionar o modelo há a necessidade de se construir formas distintas de ser e estar nesse espaço, que sejam regidas por nossos desejos, calcadas em nossas medidas, isto é, um modo de ser e estar no mundo em feminino, assim como no esporte. As medidas masculinas devem ser

construídas por homens e para homens. Não vamos estabelecer uma guerra entre os sexos porque esse não é o objetivo, mas acreditamos que nós mulheres temos que construir entre nós, nossos desejos de ser e estar no mundo nominando para tanto, com nossas palavras, nossos gestos e modo de ver a realidade, desde uma perspectiva feminina, nosso modo de ser e estar nesse mundo.

Para pensar desde a diferença do ser mulher, precisamos construir uma nova ordem simbólica, partindo inicialmente da problematização da identidade feminina no âmbito simbólico e prático e, ao mesmo tempo construir um mundo de relações desde o ponto de vista da diferença sexual, questionando a representação determinista da mulher e, elaborar novas definições da subjetividade feminina.

Salientamos que a perspectiva da diferença sexual não corresponde à tese de que biologia é destino, mas identifica o distanciamento homem/mulher como consequência da ordem patriarcal. Tal perspectiva enfoca seu referencial no simbólico, ou seja, no sentido de ser mulher, o sentido da vida e das relações expressado na língua materna, que é a relação primeira e de enraizamento entre mãe e filha, que o patriarcado corta quando passamos a fazer parte desse mundo, ao nos inserirmos na cultura patriarcal, atrelando o sentido à língua que falamos, que aprendemos de nossa mãe quando nascemos.

Um dos elementos fundamentais dessa perspectiva é que as relações sejam estabelecidas entre mulheres, como na relação mãe-filha, onde impera o amor e o desejo de crescimento da filha/o que estão enraizadas na relação simbólica com a mãe<sup>i</sup>, e esse é um modo de finalizar a tirania do patriarcado para as mulheres.

Afirmamos que já existem mulheres que se medem desde seus desejos e que têm estabelecido práticas distintas e assim construíram uma ordem simbólica feminina. Por isso, acreditamos que há necessidade de referentes femininos e masculinos na educação dos meninos e das meninas, para que ambos possam estar no mundo como desejam e não como o modelo cobra e exige com a finalidade de nos classificar ou enquadrar. Não podemos esquecer que os meninos e homens pagam caro para corresponder ao modelo de masculinidade hegemônica. Também há homens que aderiram à prática da relação de confiança e reciprocidade, no desejo e amor pelo outro.

A forma de inclusão do feminino desde o prisma masculino é surdo a nossa diferença feminina. Por exemplo, no caso do futebol feminino, há mínima veiculação na mídia quanto à participação das mulheres nas atividades futebolísticas e quando se divulga a imagem feminina nos meios de comunicação, há uma enxurrada de críticas pejorativas nas atuações de árbitras ou assistentes em partidas de campeonatos oficiais de futebol<sup>ii</sup>. Podemos citar também a forma tendenciosa de relacionar as participações femininas, ao imaginário masculino, no sentido de destacar, de acordo com Eustáquia Salvadora de Sousa; Helena Altmann (1999) somente “... a beleza das atletas, suas qualidades femininas sempre frisando que são atletas, mas continuam mulheres.” (p. 58)

Esse modo de salientar o feminino reflete que o espaço esportivo e, principalmente o futebol, seja visto como lugar do masculino, isto é, generificado, onde a força é um atributo fundamental e jogar como homem demonstra um modo de lidar com os outros. Transgredir tais barreiras implica em sanções impostas tanto ao feminino quanto ao masculino. Sobre esse aspecto Donald Sabo (2002, p. 16) assinala que:

“ Culturalmente, o esporte tem sido um terreno onde a masculinidade se comprova, uma “escola” na qual se aprende a valorizar o “ser homem” (*manhood*) e a desvalorizar o “ser mulher” (*womanhood*), um espaço cultural

onde, muito freqüentemente, os meninos e os homens aprendem a se enaltecer desvalorizando os homens fisicamente mais fracos e as mulheres.”

No que se refere à depreciação do papel feminino podemos traçar um paralelo com o que ocorre no contexto escolar, pois nas aulas de Educação Física o futebol é um conteúdo que predomina e, a relação de meninos e meninas nestas aulas é a reprodução da masculinidade.

Os arranjos e a cultura da Educação Física na escola tradicionalmente estão relacionados ao esporte e, mesmo os meninos que não são habilidosos são questionados quanto à sua masculinidade e as meninas devem saber qual o seu lugar, pois, se são habilidosas podem ser uma ameaça aos meninos ou ser questionadas sobre a sua feminilidade.

A determinação do espaço feminino, vêm de encontro às idéias de Michel Foucault (1987) no tocante ao princípio da localização imediata ou do quadriculamento. Segundo este autor, para cada indivíduo há um lugar determinado e, em cada lugar deve existir um indivíduo, ocupando-o, como forma de beneficiar o controle, e neste caso, o controle sobre o feminino.

No que concerne a adequação à norma que prescreve como as meninas devem se comportar, ocorre a individualização das mesmas, o que permite segundo Michel Foucault (1987) “... medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras.” (p. 154) Esta individualização reforça a anormalidade quando a menina apresenta habilidades ao jogar futebol ou que essa menina não respeita as características patriarcais do ser feminino.

Maria Regina Costa; Rogério Silva (2002) questionam o modelo imposto nas escolas e nas aulas mistas de Educação Física, pois

“Tendo em vista que a função da escola é de instruir/educar e que também, no processo de escolarização, é de inculcar modelos de comportamento e identificação, nos colocamos diante de um dilema: Um único modelo na escola seria suficiente?” (p. 45)

A autora e o autor acima citados fizeram alusão ao modelo mal sucedido de escola mista, que propicia em teoria, a meninos e meninas a possibilidade de estar juntos nas atividades. No entanto, este estar junto é focado numa inclusão do feminino a partir do masculino, isto é, homologação do feminino ao masculino, reforçado pela idéia da inexistência da diversidade de ser feminino e masculino, que deve ser respeitada e valorizada no ambiente escolar, já que somos todos/as diferentes e que o respeito à diferença implica reconhecer e acolher a heterogeneidade entre os sexos no que diz respeito a nós e ao nosso mundo.

Na maioria das situações, as turmas são de meninos e meninas, mas na prática das aulas de Educação Física, o encaminhamento por parte dos/as professor/as é direcionado para a separação dos sexos. Mas, o que ocorre quando as meninas querem realizar a mesma atividade dos meninos, são as críticas, pois as meninas são socializadas geralmente de modo diferente dos meninos e nesse sentido, geralmente não são habilidosas nos esportes. Cabe dizer que, o esporte é constituído por relações de gênero tanto na estrutura como nos valores e, espelha concepções dominantes de masculinidade e feminilidade. Assim o esporte é um fenômeno generificador, já que auxilia na construção desta ordem vigente

O que ocorre no ambiente escolar misto é uma perpetuação do modelo masculino nas suas diferentes manifestações. A escola deveria privilegiar linguagem, conteúdo, comportamentos e didática, que não reafirmem os preconceitos e sim, que possibilitem à meninos e meninas refletir sobre as diferenças. Mas, não no sentido da sobreposição de um sobre o outro e sim, para compreender que o diferente não é desigual, que não é inferior ou que a diferença não é compensatória. Isto é, as meninas não são inferiores aos meninos, mas para que haja o respeito e inter-comunicação entre eles e elas durante as atividades, é necessário educá-los e educá-las em relação.

Para que haja comunicação entre os sexos é importante educar em relação. Tal prática parte do pressuposto de que ensinar e aprender envolve sempre um homem e/ou uma mulher e, esse aspecto é fundamental, pois o conhecimento passa pela sexualização dos corpos femininos e masculinos. Focalizar a ação para as relações é possibilitar um *mais* que é de qualidade simbólica, de sentido e que ao mesmo tempo, possibilite referentes femininos e masculinos à educação de ambos os sexos, para que uns/umas aprendam com os/as outros/as.

No caso do conteúdo futebol nas aulas de Educação Física, este poderia ser ofertado de modo “adaptado”, visando o envolvimento de meninos e meninas na elaboração do jogo. É importante recordar que o conteúdo futebol ao qual nos referimos, é utilizado como meio e não finalidade das aulas. Para ilustrar esta idéia, citamos a experiência do Futebol de “seis quadrados”<sup>iii</sup>, proposta baseada na abordagem crítico-emancipatória de Elenor Kunz. Salientamos que a adaptação da regra não é para subjugar o feminino, mas para propor amplitudes de práticas e focalizar as ações nas relações dos sexos e entre os sexos. Esta experiência envolveu meninos e meninas, habilidosos e menos habilidosos, através do diálogo entre professor/a-aluno/a no sentido de refletir os modos de atuar, elaborar as atividades, ocupação dos espaços e equidade na participação de meninos e meninas. No caso da divisão de quadrados, houve possibilidade concreta de trabalho com os fundamentos, como o passe. Nesse processo entre estes/as alunos/as, houve entendimento do que seja o futebol atualmente e do aprender a jogar junto.

O futebol, como manifestação cultural, possibilita a participação de todos/as, permitindo novas formas de relação desprovidas de uma imposição masculina presente no modelo esportivo. Não há como ignorar a influência do futebol, principalmente o de alto rendimento nas escolas, instituições estas que tentam de maneira não bem sucedida, reproduzi-lo, como um dos principais conteúdos da Educação Física<sup>iv</sup>.

Enfatizamos que nós, professores/as, alunos/as, e demais sujeitos escolares, devemos trabalhar no sentido de eliminar os preconceitos que produzem a desigualdade e hierarquia das diferenças. Nas aulas podemos possibilitar aprendizagem tanto de meninos quanto de meninas, ambos em relação. Para tanto, é urgente transformar nossa relação com o mundo da escola que na verdade, é a nossa transformação de pensamento sobre a escola. Nesta perspectiva é fundamental levar em conta que professores/as e alunos/as, são sempre homens e mulheres e, para tanto, devemos proporcionar referentes femininos e masculinos, visando a dupla socialização.

## **REFERÊNCIAS**

Bracht, Valter. Almeida, Felipe Quintão. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação. In: **Rev. Bras. Ciênc. Esportes**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

Costa, Maria Regina; Silva, Rogério Goulart da. A Educação Física e a co-educação: igualdade ou diferença? In: **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54, jan. 2002.

Dornelles, Priscila; Meyer, Dagmar. Futebol feminino de várzea: uma análise cultural. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. (2005)

Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 117-187.

Franzini, Fábio. Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 25, n.50, 2005 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882005000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Maio 2008. doi: 10.1590/S0102-01882005000200012

Goellner, Silvana G. Mulheres e futebol: entre sombras e visibilidades. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005.

Gomes, Paula; Silva, Paula; Queirós, Paula. **Eqüidade na educação**: Educação Física e desporto na escola. Queijas, Portugal: Associação Portuguesa A Mulher e o Desporto, 2000.

Medeiros, Francisco Emilio. O futebol de “seis quadrados” nas aulas de Educação Física. In: **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 28, n.2, p. 191-209, jan. 2007.

Moreno, Montserrat. **Cómo se enseña a ser niña**: el sexismo en la escuela. Barcelona: Icaria & editorial, 2000.

Oliveira, Sávio Assis de. Realidade e possibilidade no esporte: a prática pedagógica em questão. In: **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 21, n. 01, p. 226-232, set. 1999.

Paim, Maria Cristina Chimelo. Strey, Marlene Neves. Violência no contexto esportivo. Uma questão de gênero? In: **Rev. Bras. de Medicina do Esporte**. 2006.

Rivera Garretas, María M. **Nombrar el mundo en femenino**. Pensamiento de las mujeres y teoría feminista. Barcelona: Icaria, 1994.

Sabo, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: Miriam Adelman; Celsi Brönstrup Silvestrin (org.) **Coletânea gênero plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

Sousa, Eustáquia Salvadora de; Altmann, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, 1999 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621999000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Ago 2008. doi: 10.1590/S0101-32621999000100004

---

<sup>i</sup> Para saber mais ver: *El orden simbólico de la madre*. Luisa Muraro.

<sup>ii</sup> Exemplo da diferenciação entre árbitros e árbitras no caso de punições foi o fato ocorrido com o árbitro Wilson Luiz Seneme, que havia recebido punição de 120 dias por problemas extra-campo ocorridos na partida entre Náutico e Botafogo, válida pelo Campeonato Brasileiro da série A de 2008, e que no último dia 26 de junho foi absolvido pelo Supremo Tribunal de Justiça Esportiva, sem muito alarde. E o caso da árbitra Sílvia Regina de Oliveira, que em jogo válido pela série A2 do Campeonato Paulista de Futebol, entre Atlético Sorocaba e Santacruzense (competição de menor prestígio no mundo do futebol), errou ao validar um gol e recebeu punição de 15 dias, além de duras críticas.

<sup>iii</sup> Medeiros, Francisco Emílio. O futebol de “seis quadrados” nas aulas de Educação Física.

<sup>iv</sup> Valter Bracht (2003) faz uma análise do esporte na escola a partir de uma imposição regulamentadora, ou seja, através de leis, que reforçam esta reprodução do esporte de alto rendimento e não privilegia, segundo ele, um conteúdo “... pedagogizado, ou seja, submetido aos códigos da escola.” (p.98). Para Sávio Assis de Oliveira (1999), nesse mesmo entendimento pedagógico, o esporte deve diferenciar-se do modelo pré-estabelecido, com questionamento das regras que são impostas e ser “... adaptado à realidade social e cultural dos alunos.” (p. 231)